

**PROJETO DE LEI Nº     , DE 2007**  
**(Do Sr. MARCELO MELO)**

Regulamenta o disposto no § 4º do art.  
18 da Constituição Federal

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei regulamenta o disposto no artigo 18, § 4º, da Constituição da República, referente aos estudos de viabilidade municipal.

Art. 2º Os estudos de viabilidade municipal são apresentados e publicados de acordo com o previsto nesta lei.

Art. 3º Para os efeitos desta lei adotam-se as seguintes definições:

I – criação é a instituição de um novo Município a partir da emancipação de um ou mais de seus distritos;

II – incorporação é a absorção de um Município, que se extingue, por outro;

III – fusão é a união de um ou mais Municípios, que se extinguem, para o surgimento de um novo Município;

IV – desmembramento é a separação de parte do território de um ou mais Municípios para integrarem-se ao de outro preexistente.



623D2A8430

Art. 4º A elaboração do estudo cabe a pessoas físicas ou jurídicas contratadas pelos interessados.

§ 1º Para a elaboração do estudo, a pessoa física ou jurídica encarregada deve solicitar, por escrito e fundamentadamente, às entidades públicas federais, estaduais e municipais as informações necessárias.

§ 2º As entidades federais, estaduais e municipais a que for solicitada a prestação de informações devem proceder em regime de urgência.

Art. 5º O estudo de viabilidade deve examinar, preliminarmente, o atendimento aos seguintes requisitos no território de que disporá o novo Município ou novos Municípios, qualquer seja a operação:

- I – população de, no mínimo, dez mil habitantes;
- II – eleitorado não inferior a quarenta por cento da população;
- III – existência de pelo menos um centro urbano consolidado.

§ 1º Considera-se consolidado o centro urbano que disponha, ao menos, do seguinte:

- I – população aí residente não inferior a trinta por cento da existente no território;
- II – rede de distribuição de energia elétrica;
- III – unidades de atendimento à saúde;
- IV – posto policial;
- V- estabelecimentos de ensino fundamental que atendam, pelo menos, oitenta por cento da população do território;
- VI – rede de telefonia pública.



§ 2º A verificação dos requisitos deve ocorrer, também, quanto ao território do Município ou Município remanescente, seja qual for a operação.

Art. 6º A segunda parte do estudo deve abordar os seguintes temas:

I – realidade e potencialidade da arrecadação de tributos municipais e estaduais;

II – estimativa de gastos com montagem ou adaptação de estrutura administrativa local, incluindo valores remuneratórios dos servidores públicos em geral;

III – estimativa de gastos variáveis com investimentos;

IV – análise das atividades e tendências econômicas presentes;

V – análise do centro ou centros urbanos existentes e das tendências de evolução ou involução;

VI – análise da produção de alimentos existentes e projeção da futura;

§ 1º Em relação a todos os temas, a análise deve indicar os dados utilizados e sua fonte e a metodologia aplicada no tratamento das informações.

§ 2º Outros temas podem ser examinados no estudo, desde que, justificadamente, guardem pertinência com eventuais peculiaridades do território ou territórios onde se pretende operar a criação, incorporação, fusão ou desmembramento.

§ 3º Na apresentação dos dados, sua análise e exposição de opinião, os responsáveis pelo estudo devem oferecer fundamentação.



Art. 7º Elaborado o estudo, os interessados devem publicar o texto em jornais de grande circulação em toda a área afetada pela operação de criação, incorporação, fusão ou desmembramento.

§ 1º Concomitantemente, os interessados devem comunicar a elaboração e publicação do estudo ao órgão federal competente, à Assembléia Legislativa e à Prefeitura do Município ou dos Municípios envolvidos na operação.

§ 2º Onde não houver jornais, a publicação faz-se do mesmo modo pelo qual o Poder Executivo e Legislativo do Município ou Municípios publicam seus atos normativos.

§ 3º Os documentos que compõem o estudo serão expostos da maneira prevista na lei local para os atos administrativos, e até o dia posterior ao de realização do plebiscito.

Art. 8º Recebida a comunicação, cabe ao Prefeito convocar a população para as audiências públicas e indicar o lugar de sua realização.

§ 1º Haverá três audiências públicas, sendo a primeira marcada para noventa dias a contar da publicação do estudo de viabilidade.

§ 2º As duas subsequentes realizar-se-ão, também, a intervalos de noventa dias a contar da antecedente.

§ 3º As audiências públicas serão presididas por um representante do órgão federal mencionado no artigo 7º, a quem cabe, também, manifestar, em nome da União, opinião sobre o estudo e sobre a operação pretendida.

§ 4º Na indicação do lugar onde se realizarão as audiências, o Prefeito responsável apontará prédio público que apresente condições adequadas à recepção dos cidadãos e à realização de debates, ouvida a opinião do Tribunal Regional Eleitoral.



§ 5º Nas audiências terão direito a voz cinco cidadãos, que representarão os dois grupos, a favor e contra a aprovação, escolhidos no seio dos próprios grupos.

§ 6º Terão direito a voz nas audiências, igualmente, os representantes da União, do Estado e do Município ou Municípios envolvidos.

§ 7º Para os fins do previsto neste artigo, quando a operação envolver mais de um Município, os respectivos Prefeitos acordarão a qual deles caberão as responsabilidades previstas neste artigo, e o lugar das audiências será fixado em atenção à facilidade de acesso dos cidadãos.

Art. 9º Encerradas as audiências públicas, cabe à Assembléia Legislativa oficial ao Tribunal Regional Eleitoral solicitando providências necessárias à convocação e realização do plebiscito.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Passados mais de dez anos da promulgação da Emenda nº 15, de 1996, até hoje não foram inseridas no ordenamento jurídico as duas leis federais mencionadas no § 4º do artigo 18 da Constituição da República.

Há cerca de um mês apresentei à Mesa projeto de lei complementar dispondo sobre o período em que a criação de Municípios (e demais operações ali previstas) poderia realizar-se.

Agora, submeto à apreciação de meus pares o projeto de lei que visa a dispor sobre os estudos de viabilidade.

Elaborados e apresentados antes da consulta plebiscitária, os estudos têm a função de informar a população. Considerando a divergência de



idéias, busquei, no projeto, fazer com que os estudos propiciassem o debate, a discussão de opiniões diferentes sobre o mesmo tema.

Como elemento de instrução para a manifestação plebiscitária, sugeri que a apresentação dos estudos fosse seguida de audiência públicas, às quais serão chamados todos os atores interessados no processo.

Não só a população das áreas atingidas pela operação de criação, fusão, incorporação ou desmembramento, mas também a União, o Estado e o Município (ou Municípios).

Acredito que assim o debate haverá e será amplo e profundo.

Resta lembrar a meus pares que, sendo a lei privativa da União e não havendo balizamento específico para sua confecção, entendi melhor informar o texto do projeto com elementos que buscam tornar todo o processo que antecede o plebiscito um momento de firme exercício da cidadania.

O texto será visto e revisto nesta Casa e no Senado, e espero contribuições que o aperfeiçoem.

Peço o apoio, portanto, para que consigamos completar a lacuna legal existente há tanto tempo, e que tantos problemas tem causado.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2007.

Deputado MARCELO MELO



623D2A8430

ArquivoTempV.doc



623D2A8430